

RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.476 - SP (2012/0138574-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO HIGIENÓPOLIS CLASSIC OFFICE
ADVOGADO : JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP029120
RECORRIDO : SABESP COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
ADVOGADO : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo CONDOMÍNIO EDIFÍCIO HIGIENÓPOLIS CLASSIC OFFICE, com base nas alíneas **a**, **b** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Prestação de serviços - Fornecimento de água e esgoto - Classificação dos usuários - Categoria comercial - Tarifa - Restituição dos valores pagos a maior - Impossibilidade - Condomínio instituído após a entrada em vigor do Decreto Estadual nº 41.446/96, cuja legalidade foi reconhecida. - Sentença mantida. - Durante a vigência do Decreto Estadual nº 21.123/83, não havia restrição quanto às 'economias', uma para cada unidade autônoma, sem distinções de classes de usuários; após a vigência do Decreto Lei nº 41.446/96, a Sabesp enquadrou o condomínio comercial como uma única 'economia', aplicando-se ao caso de condomínio instituído no ano 2000, não havendo valores pagos indevidamente a restituir, vez que a cobrança tal como é feita tem previsão legal - Recurso não provido" (fl. 578e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nos seguintes termos:

"Embargos Declaratórios - Ausência de pontos omissos, obscuros ou em contradição - Suficiência dos fundamentos - Embargos rejeitados" (fl. 599e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 13, 18 e 32 do Decreto 82.587/78, que regulamentou a Lei 6.528/78, 17 e 535 do CPC/73 e 1º, 4º, 6º, 14, 22, 39 e 51 do CDC.

Sustenta o recorrente que: a) "no caso do 'sistema de economias', o Decreto Estadual nº 41.446/96 não pode se sobrepor às Leis Federais que regem a matéria, nem mesmo à Constituição Federal, pois estes últimos são as normas que representam seu

fundamento de validade" (fl. 613e); b) "não se discute o sistema progressivo de cobrança das tarifas efetuado pela SABESP, mas, sim, a dupla progressividade estatuída pelo Decreto Estadual 41.446/96 (fl. 615e); c) a ilegalidade e inconstitucionalidade do Decreto Estadual 41.446/96, uma vez que foi editado em desrespeito à legislação federal que regulamenta a matéria de saneamento básico, ao Código de Defesa do Consumidor e à Constituição Federal; d) "a SABESP, ao deixar de classificar os prédios comerciais no regime de economias, tratou de forma desigual consumidores em situações idênticas, ferindo, claramente, os princípios da legalidade e da igualdade" (fl. 626e); e) a existência de direito adquirido à forma de cálculo estabelecida pelo Decreto 21.123/83, que leva em consideração as suas diversas unidades autônomas comerciais, "pois este já era prédio devidamente constituído muito antes da edição do combatido Dec. est. de dezembro de 1996" (fl. 627e).

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Em sede de contrarrazões (fls. 790/800e), a parte recorrida defende a manutenção do acórdão impugnado.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 818e).

Sem razão a parte recorrente.

Segundo consta dos autos, o "CONDOMÍNIO EDIFÍCIO HIGIANÓPOLIS CALSSIC OFFICE" ajuizou a presente ação, rito ordinário, contra COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP objetivando, em breve suma, a declaração de ineficácia do cadastramento instituído para a classificação e a cobrança de tarifa por serviços de fornecimento de água e esgoto, cumulada sua alteração e com a condenação à restituição do indébito a partir de novembro de 2000 com fundamento, em apertado resumo, na ilegalidade do método eleito para a categoria econômica do empreendimento" (fl. 350e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, restando mantida a sentença pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, é deficiente a fundamentação do Recurso Especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC/73 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF.

No mérito, o Tribunal de origem assim decidiu a causa:

"Trata-se de mais um dos inúmeros casos relativos ao enquadramento de condomínio comercial, para fins de cobrança de consumo de água e prestação de serviço de coleta de esgoto. **No caso, com a entrada em vigor do Decreto Lei nº 41.446/96, a fornecedora Sabesp**

passou a aplicar na cobrança de condomínio comercial, o regime de uma única 'economia'. O Condomínio autor, por sua vez, argumenta que possui 130 unidades autônomas comerciais plenamente identificáveis, de sorte que o valor correto das tarifas deveria levar em consideração o preço do metro cúbico fornecido, a ser calculado para cada uma das 'economias'.

Insta observar que a Lei Federal nº 6.528/78 dispôs sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico, atribuindo aos Estados a competência para a realização de estudos para a fixação das tarifas por intermédio das companhias estaduais de saneamento básico, levando-se em conta o equilíbrio econômico-financeiro e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados (art. 4º). O Decreto Federal nº 82.587/78, revogado pelo Decreto de 5.9.91, regulamentou as normas gerais de tarifação dos serviços públicos, sendo estabelecido no art. 11 que as tarifas deveriam ser diferenciadas segundo as categorias de usuários e faixas de consumo, assegurando-se o subsídio dos usuários de maior para os de menor poder aquisitivo. Tecnicamente, o art. 13 do referido Decreto Federal classificou os usuários enquadrando-os nas, seguintes categorias: residencial, comercial, industrial e pública.

Em suas 'Disposições Transitórias', o Decreto Federal nº 82.587/78 estabeleceu o prazo de cinco anos para a viabilização de suas disposições pelas Companhias Estaduais de Saneamento, no tocante à taxa mínima de viabilidade (até 1983). **O Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 21.123/83, disciplinou a forma de cobrança das tarifas de água e esgoto para os prédios com mais de uma 'economia', indistintamente para os usuários de quaisquer das categorias (residencial, industrial, pública ou comercial), conforme a disposição de seu art. 2º, incisos I a IV, § único, passando a vigorar o denominado regime de 'economias' sem restrição, para cada unidade autônoma.**

É de se observar que a redação original do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 21.123/83, assim estabelecia: *'Art. 2º: Para efeitos de faturamento, os usuários serão classificados nas categorias: residencial, industrial, pública e comercial, de acordo com as seguintes modalidades de utilização das 'economias'(..)'. '§ único: Para os efeitos deste regulamento, considera-se economia todo o prédio, ou divisão independente de prédio, caracterizada como unidade autônoma para efeito de cadastramento e cobrança, identificável e/ou comprovável na forma definida pela SABESP'*. Assim, por força da classificação

dos usuários nas categorias retro descritas, as tarifas eram fixadas de forma diferenciada no tocante aos valores, de sorte que os condomínios comerciais pagavam valor superior ao das tarifas dos prédios residenciais.

Tal distinção residia no valor da tarifa e não no sistema de 'economias'. Para este último, não havia qualquer tipo de restrição no período de vigência do Decreto Estadual nº 21.123/83, como demonstrado.

Quando o Decreto Estadual nº 41.446, de 18 de dezembro de 1996, entrou em vigor, instituiu novo regulamento do sistema tarifário da Sabesp, corrigindo falhas e pondo fim à discussão, pois limitou o conceito de economia à 'unidade autônoma residencial para efeito de cadastramento e/ou cobrança' (art. 3º, § 1º), excluindo, assim, do sistema de economias o prédio comercial, eis que direcionado a prédios que tenham destinação residencial ou mista.

Por força deste critério, que não configura abuso de poder ou ofensa à capacidade contributiva, a 'economia' única nos prédios comerciais passou a ser exigida quando do advento da regra, alcançando, é claro, todos os prédios existentes.

Assim, considerando que o condomínio autor foi constituído em novembro de 2000 (fis. 03) e que nesta data já estava vigente o Decreto-Lei 41.446/96, não há que se falar em devolução dos valores pagos ou ofensa a princípios constitucionais, legislação federal e ao CDC, pois o critério para a cobrança tem previsão legal" (fls. 579/581e).

Com efeito, o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos arts. 1º, 4º, 6º, 14, 22, 39 e 51 do CDC, assim como do art. 17 do CPC/73. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal a quo").

Além disso, observa-se que a questão foi decidida pela Corte estadual mediante análise de legislação local, qual seja, o Decreto estadual 41.446/96. Assim, inviável a análise do ponto, ante o óbice da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO.

CLASSIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO COMERCIAL. REGIME DE MÚLTIPLAS ECONOMIAS. DECRETOS N. 41.446/96 E 21.123/83 DO ESTADO DE SÃO PAULO. SÚMULA 280 DO STF.

1. A Corte de origem, ao decidir pela classificação do recorrente como titular de uma única economia, amparou-se na interpretação da legislação local que regulamenta a matéria, notadamente o Decreto estadual n. 21.123/83, revogado pelo Decreto estadual n. 41.446/1996.

2. A pretensão de revisar o acórdão estadual com o fito de classificar o imóvel como possuidor de múltiplas economias comerciais demanda a interpretação de direito local, o que é vedado em recurso especial, a teor do enunciado n. 280 da Súmula do STF. Agravo regimento improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.423.020/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/02/2014).

"AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO E COBRANÇA. ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MÚLTIPLAS ECONOMIAS. DECRETO ESTADUAL N. 21.123/83. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Relativamente à irresignação da Sabesp, extrai-se do acórdão recorrido que a questão pertinente ao "sistema de economias" como forma de cálculo da tarifa da água cobrada dos consumidores comerciais foi decidida a partir da análise do Decreto Estadual n. 21.123/83 do Estado de São Paulo.

2. Conforme dito na decisão agravada, eventual violação da Lei Federal n. 6.528/78 seria reflexa, e não direta, porque o deslinde da controvérsia exigiria a interpretação do mencionado decreto estadual, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 280 do Excelso Pretório.

(...)

8. Agravos regimentais a que se negam provimento" (STJ, AgRg no AREsp 324.604/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/12/2013).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO.

FORNECIMENTO DE ÁGUA. PRÉDIO COMERCIAL. RECONHECIMENTO DO "SISTEMA DE ECONOMIAS". ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. ANÁLISE DE LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS E SIMILITUDE.

1. A Corte de origem dirimiu o tema com base na interpretação do Decreto Estadual 41.446/1996, de modo a afastar a competência do Superior Tribunal de Justiça para o deslinde da questão. Aplicação da Súmula 280 do STF.

2. A competência para a análise de lei local em face de lei federal, após a Emenda Constitucional 45/2004 é do Supremo Tribunal Federal

3. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com indicação da similitude fática e jurídica entre os acórdãos.

4. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 100.666/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/11/2013).

Ademais, como o Tribunal de origem decidiu a questão com base em lei local, mas a parte recorrente entende que devem prevalecer as disposições contidas em leis federais, está-se diante da hipótese de lei local, contestada em face de lei federal, matéria de competência do STF, nos termos do art. 102, III, **d**, da Constituição Federal.

Com efeito, "após a edição da Emenda Constitucional n. 45/04, a competência para o julgamento de causas nas quais lei local é contestada em face de lei federal foi transferida para o Supremo Tribunal Federal, consoante a dicção do art. 102, III, 'd', da CF/88" (STJ, REsp 1.423.514/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2017).

Sinale-se, por fim, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ (Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC).

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora